

É hora de mobilização e não de discussão estéril

ANALISAR ERRO DE FHC E ANTECESSORES É ÚTIL PARA A HISTÓRIA, MAS NÃO PARA SAIR DO SUFOCO ATUAL

MARCO ANTONIO ROCHA

Quais foram as grandes virtudes do primeiro mandato de FHC?

Derrubar uma inflação intolerável, dotar o País, finalmente, de uma moeda estável, restaurar nossa credibilidade internacional, avançar com o programa de privatizações e de modernização da economia, gerar bases promissoras, portanto, para uma fase de desenvolvimento sustentável e mais distribuído.

Quais foram os grandes defeitos?

Ter dissipado muito tempo, esforço e paciência do público com a história da reeleição e não ter feito a lição de casa no que se refere à correção das finanças pública, da taxa cambial e da taxa de juros.

Pelas virtudes, o presidente acabou entronizado num segundo mandato por um eleitorado que, certamente, não viu ou não sentiu opção melhor.

Pelos defeitos está sendo cobrado por opositores renitentes e por analistas mais ou menos neutros. E pode pagar um preço politicamente alto: o de submeter o País, mais uma vez, à ingerência externa (do FMI e de governos supostamente amigos) e de submeter a atividade econômica interna a uma recessão cuja duração é imprevisível. Some-se o imperativo de um pacote fiscal que contraria toda a estratégia anterior do governo de reduzir o custo Brasil e aumentar nossa competitividade externa. Com isso pode terminar seu segundo mandato como o carrasco da econo-

mia e do emprego, em vez de salvador das esperanças e das potencialidades do País.

Culpa dele ou da crise financeira internacional?

Das duas coisas. Dele próprio, por ter apostado numa estratégia gradualista demorada e tortuosa de combate ao problema dos déficits do setor público e das contas externas. Nem pode eximir-se dessa culpa, uma vez que ele próprio estava consciente de que era uma aposta cujo grande risco seria uma crise

financeira internacional, conforme disse em entrevista. Isso antes que a crise tivesse início na Ásia. O "azar" aconteceu. Como disse famoso anan-

lista em frase que ficou célebre, se alguma coisa pode dar errado, ela certamente dará errado.

Disso aproveitam-se, é claro, os críticos mais veementes da política governamental e da ação presidencial. Um dos mais vocais é o ex-ministro Delfim Netto, em declarações e em seus artigos na *Folha de S. Paulo*. Eis uma personalidade que certamente padece de amnésia incontrolável, pois, ao longo de seu segundo mandato como czar da finanças brasileiras, também fez apostas arriscadas e meteu o País numa indifável série de negociações com o FMI, que sempre terminavam em solenes cartas de intenções, as quais, por sua vez, exigiam sucessivos perdões e reformulações por não terem sido cumpridas. Isso apesar de ter perpetrado duas maxidesvalorizações, que não deram certo, o que não o impede de sugerir-las ao

atual governo, além de ter prefixado a correção monetária em 50% num ano em que a inflação alcançou 110%, com todas as consequências que isso trouxe para o futuro, incluindo a falência do Sistema Financeiro da Habitação, que até então funcionara bem.

Como se percebe, não adianta agora jogar pedras no presidente porque do mesmo modo teríamos de jogar pedras em muitos antecessores e nenhuma dessas pedras resolveria o problema que temos pela frente.

O que a inteligência e a imaginação de críticos e aderentes deveriam estar procurando fazer neste momento é encontrar fórmulas e sugestões que permitissem resolver o problema do ajuste fiscal sem recessão econômica, pois não está escrito em lugar nenhum, nem faz parte dos manuais, que as duas coisas integrem uma equação física inevitável.

Um começo de resposta pode ser percebido no fato óbvio, já apontado até pela atual equipe econômica, de que o governo gasta demais e mal. Portanto, uma maior redução dos gastos totais é maior eficácia dos gastos remanescentes significaria deixar mais recursos nas mãos do setor privado. Como este gasta menos e com mais eficácia isso aumentaria o nível médio de eficiência da economia como um todo.

No entanto, o pacote fiscal trata muito mais de aumento de arrecadação do que de corte de gastos, ou seja, transfere mais recursos do setor mais eficiente da economia para o setor menos eficiente. Além disso, é claro, aumenta os custos operacionais de todo o setor privado, reduz a competi-

tividade externa, a atividade interna e o emprego.

Assim, mesmo que possibilite uma queda nas taxas de juros, isso de pouco adiantará para o setor privado ou mesmo para o próprio setor público. Este poderá ganhar com a redução do serviço sobre a dívida, mas perderá com a queda da arrecadação. E aquele não se beneficiará da queda dos juros, em primeiro lugar porque terá pouco espaço para aumentar suas vendas e atividades, em segundo lugar porque terá acréscimo de custos fiscais, ou seja, não poderá reduzir preços para ampliar o mercado, mesmo nos casos em que isso funciona.

Eis por que o fundamental nesta fase não é analisar os erros que o governo cometeu nos últimos quatro anos, mas sim o erro que estará cometendo agora. O maior deles talvez esteja mais no terreno psicossocial do que da administração da economia. É evidente que, para ajudar a resolver a charada do ajuste sem recessão, seria necessária uma mobilização popular e nacional contra o desperdício, público e privado, e em favor de uma mentalidade economizadora de alto a baixo em toda a sociedade, semelhante ou maior do que aquela que Sarney conseguiu (e desperdiçou) em favor do controle de preços. Isso é tarefa de alta e lúcida liderança política, e não de tecnocratas. Portanto, tarefa do próprio presidente da República, que, no entanto, em seus discursos tem perdido mais tempo em responder aos críticos do que em inspirar e mobilizar o povo que o reelegeu.

■ Marco Antonio Rocha é jornalista e sócio da XYZ Comunicação
e-mail: marocha@tecepe.com.br

ESTADO DE SÃO PAULO

06 NOV 1998